



AGENDA DA SEMANA

INFORMATIVO SEMANAL DE ECONOMIA BANCÁRIA

Dados de inflação movimentam a semana no Brasil. Nos EUA, ata do FED deve ajudar mercado a calibrar possibilidade de alta dos juros neste ano

- A agenda de indicadores é enxuta no Brasil nesta semana, marcada pelo feriado de 9 de julho, quinta-feira, no Estado de São Paulo. O destaque é o resultado do IPCA de junho, que deve mostrar arrefecimento das pressões inflacionárias na margem.** O IBGE divulga o indicador na sexta (10), com expectativa de alta de 0,32% no mês, bem abaixo da média dos últimos três meses (+0,71%), período mais afetado pelos efeitos do conflito no Oriente Médio. A leitura deve apontar descompressão nos preços dos alimentos, favorecidos também pela sazonalidade, e dos combustíveis. Ainda assim, o índice deve seguir acelerando no acumulado em 12 meses, atingindo 4,80% (ante 4,72%), reforçando o cenário de cautela, com a perspectiva de que o IPCA encerre 2026 acima de 5%.
- Ainda no campo da inflação, a FGV divulga na terça (7) o IGP-DI de junho, que deve registrar deflação no mês.** De forma semelhante ao IPCA, após altas expressivas entre março e maio (média mensal de 1,47%), o índice deve apresentar reversão parcial em junho, com expectativa de queda de 0,60%, puxada pelo recuo do preço do óleo diesel e de *commodities* agrícolas (café e soja) no atacado (IPA). Apesar disso, no acumulado em 12 meses, o indicador deve acelerar para 3,81% (ante 2,52%), refletindo a baixa base de comparação de jun/25 (-1,80%).
- A Pesquisa de Economia Bancária captou ligeira queda na expectativa de crescimento da carteira total de crédito em 2026, de 8,8% (pesquisa de maio) para 8,7%.** O resultado reflete a revisão para baixo na carteira com recursos livres, mais sensível à política monetária, enquanto a expectativa para a carteira direcionada (que contempla os programas governamentais) ficou praticamente estável. No cenário macroeconômico, os participantes projetam mais um corte de 0,25 p.p. da Selic neste ano (reunião de agosto), encerrando 2026 em 14,0% a.a. Para ver o resultado da pesquisa em mais detalhes, [clique aqui](#).
- Nos EUA, a ata do Fed será o principal destaque da semana e deve permitir ao mercado calibrar o grau de preocupação do comitê com os riscos inflacionários.** O documento, que será divulgado na quarta (8), ganhou importância após um comunicado pós-decisão bastante conciso. A expectativa é que a ata traga a avaliação dos diretores sobre o risco de efeitos de segunda ordem do choque do petróleo sobre preços e salários, o que ajudará a calibrar a possibilidade real de o Fed voltar a subir os juros neste ano. Ainda hoje (6), serão divulgadas as leituras finais de junho dos indicadores de atividade do setor de serviços (ISM/PMI), importantes para medir o ímpeto da atividade em um cenário mais incerto.
- Na China, serão conhecidos dados de inflação de junho.** O índice de preços ao consumidor (CPI) deve registrar ligeira desaceleração, passando de 1,2% para 1,1% nos últimos 12 meses. Com isso, o CPI deve apontar que a inflação segue contida na China, em um ambiente de demanda doméstica moderada. Já o PPI (preços ao produtor) deve voltar a acelerar, atingindo 4,1% (ante 3,9%).



INDICADORES DA SEMANA

NACIONAL

Data	Indicadores Nacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
07/jul	FGV: IGP-DI	Jun/26	-0,60% m/m 3,81% a/a	0,87% m/m 2,52% a/a
07/jul	Anfavea: Produção de Veículos	Jun/26	-	15,2% a/a
10/jul	IBGE: IPCA	Jun/26	0,32% m/m 4,80% a/a	0,58% m/m 4,72% a/a

Fonte: Bloomberg.

INTERNACIONAL

Data	País ou Região	Indicadores Internacionais	Período de Referência	Consenso de Mercado	Anterior
06/jul	Zona do Euro	Inflação ao Produtor (PPI)	Mai/26	5,8% a/a	4,9% a/a
06/jul	Zona do Euro	Vendas do varejo	Mai/26	0,3% m/m	-0,4% m/m
06/jul	EUA	ISM / PMI Serviços	Jun/26 - final	54,0 pts / 51,3 pts	54,5 pts / 50,7 pts
08/jul	China	Inflação ao Consumidor (CPI)	Jun/26	1,1% a/a	1,2% a/a
08/jul	China	Inflação ao Produtor (PPI)	Jun/26	4,1% a/a	3,9% a/a
08/jul	EUA	Estoque no atacado	Mai/26	0,3% m/m	0,6% m/m
08/jul	EUA	Ata da reunião do Fomc / Fed	-	-	-
08/jul	EUA	Crédito ao consumidor	Mai/26	US\$ 17,5 bi	US\$ 20,7 bi
09/jul	EUA	Vendas de casas existentes	Jun/26	0,9% m/m	3,2% m/m

Fonte: Bloomberg.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS

Indústria e Caged vêm abaixo do esperado e reabrem discussão sobre novo corte de juros

A produção industrial recuou 0,2% em maio, surpreendendo o consenso, que esperava alta de 0,3% no período. Na comparação interanual, a indústria registrou ligeiro avanço (+0,2%), com desaceleração do ritmo em 12 meses para apenas 0,4% (ante 0,7% em abril).

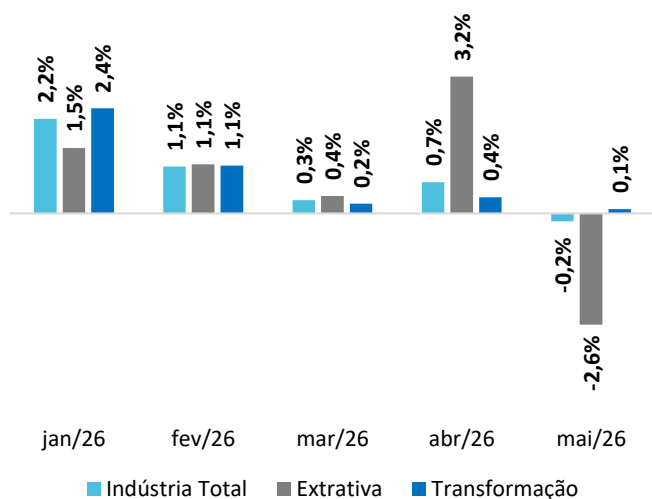
O resultado negativo do mês foi influenciado, principalmente, pela devolução parcial do forte avanço registrado pela indústria extrativa em abril, que passou de alta mensal de 3,2% para queda de 2,6% em maio. Já a indústria de transformação permaneceu praticamente estável (+0,1%), mantendo resultados mensais positivos, embora modestos, ao longo do ano. Entre os segmentos da transformação, os principais destaques negativos foram fabricação de derivados de petróleo (-6,1%), alimentos (-1,3%) e bebidas (-1,1%). Em sentido oposto, a indústria automobilística cresceu 4,1%, e a produção de produtos químicos apresentou recuperação (+3,1%).

O bom resultado da indústria automobilística ajudou a sustentar o desempenho positivo da produção industrial de bens duráveis, que subiu 3,6% no mês. Em sentido contrário, a produção de bens de consumo semiduráveis e não duráveis recuou pelo segundo mês seguido, encerrando maio em queda de 1,3%. Na mesma direção, a produção de bens de capital e intermediários apresentou quedas de 0,2% e 0,4%, respectivamente. No acumulado em 12 meses, a produção de bens de capital seguiu aprofundando a queda (-4,8%, ante -2,9% em jan/26), enquanto os bens intermediários mantêm o cenário de desaceleração, embora ainda em nível positivo (Quadro 2).

De forma geral, os dados apontam para um cenário de desaceleração moderada e perda gradual de ímpeto da atividade industrial no 2º trimestre. O dinamismo recente vinha sendo sustentado, em parte, pela indústria extrativa, influenciada pela dinâmica positiva da produção de petróleo. A indústria de transformação, por sua vez, segue operando em ambiente mais restritivo, marcado por custo de crédito elevado e demanda menos aquecida. Ainda assim, a perspectiva para o setor permanece positiva em 2026, embora em ritmo mais moderado. O *carry-over* para o 2T26 é de 1,2%, abaixo do crescimento de 1,7% observado no 1T26. Para o ano, o *carry-over* é de 2,2%, indicando algum suporte para o crescimento da indústria ao longo do período.

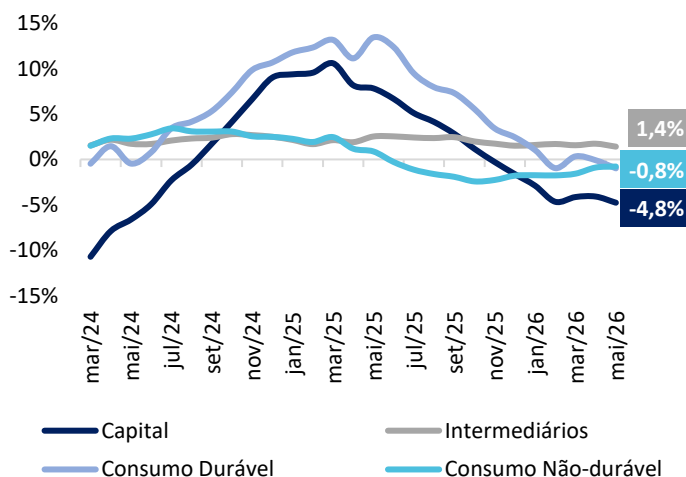
INDICADORES ECONÔMICOS

Quadro 1: Produção Industrial por Setor
Var% Mensal



Fonte: IBGE

Quadro 2: Produção Industrial por Categ. de bens
Var % acumulada em 12 meses



Fonte: IBGE

Os dados do Caged seguem indicando desaceleração no mercado de trabalho. Pelo segundo mês consecutivo, o saldo líquido de geração de vagas formais apresentou resultado significativamente abaixo do esperado, embora ainda positivo. Em maio, foram criadas 72,9 mil vagas, frente a uma expectativa de 125 mil. O número ficou abaixo do observado em mai/25 (149 mil) e foi o pior desempenho para meses de maio desde 2020 (Quadro 3). De toda forma, todos os grandes setores registraram saldo positivo no mês. Na série dessazonalizada, foram abertas 39,9 mil vagas (ante 33,8 mil em abril), permanecendo em patamar relativamente baixo.

O saldo acumulado em 12 meses segue em trajetória de acomodação, com 980 mil vagas (Quadro 4), abaixo do 1,6 milhão criado no acumulado até mai/25. Os números sugerem um setor formal menos dinâmico, ainda que com certa resiliência. Com exceção da agropecuária, os principais setores apresentaram criação líquida positiva no período, com destaque para os serviços (676 mil).

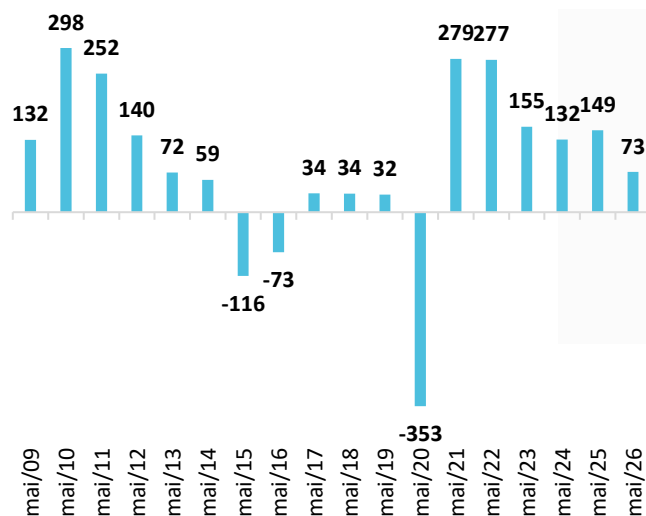
A moderação também se reflete nos salários. Houve queda real de 0,7% nos salários de admissão no mês. Apesar do recuo na margem, o salário médio subiu 1,5% em termos reais na comparação com maio de 2025, sugerindo um ajuste do dinamismo para um ritmo mais compatível com o crescimento da atividade econômica.

Em síntese, o Caged reforça os sinais de arrefecimento do emprego formal. Ainda assim, a hipótese de uma desaceleração mais intensa requer cautela e novas observações para confirmar uma inflexão mais clara, sobretudo após um período prolongado de forte expansão da renda e queda do desemprego. Por fim, em conjunto com o resultado da produção industrial, os dados do Caged sugerem que ainda há espaço para um novo corte de juros na próxima reunião do Copom, no início de agosto.

No campo fiscal, o setor público consolidado (Governo Central, governos regionais e empresas estatais) registrou déficit primário de R\$ 56,1 bilhões em maio, segundo o BC. O saldo foi pior do que o déficit de R\$ 33,7 bilhões observado em mai/25.

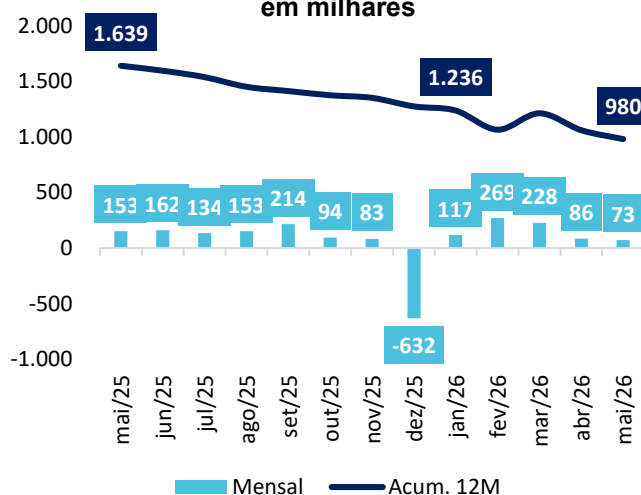
Os juros nominais somaram R\$ 107,5 bilhões no mês, ante R\$ 92,1 bilhões em mai/25, ainda refletindo o ambiente de juros elevados. Com isso, o resultado nominal foi deficitário em R\$ 163,7 bilhões, ante R\$ 125,9 bilhões na comparação interanual. A piora reflete, além da deterioração na margem, uma antecipação de gastos no primeiro semestre, antes das restrições eleitorais de 2026. Em 12 meses, o setor público acumula déficit primário de R\$ 149 bilhões (1,1% do PIB), influenciado pelo pagamento de precatórios, e déficit nominal de R\$ 1,26 trilhão (9,6% do PIB), evidenciando o elevado peso do serviço da dívida pública.

Quadro 3: Saldo Líquido de Empregos Formais em milhares – Meses de Maio



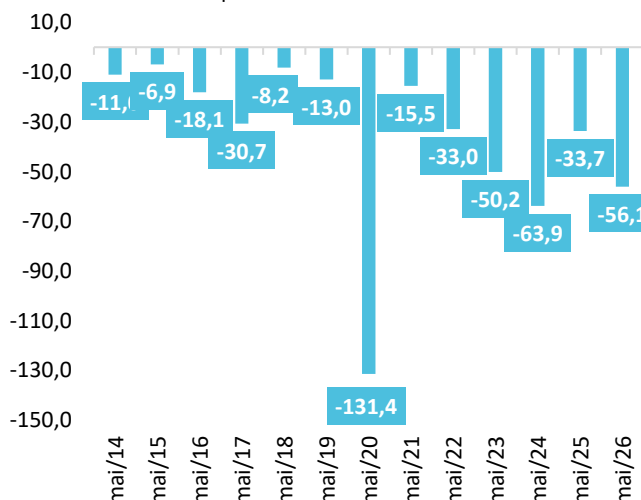
Fonte: Caged/MTE

Quadro 4: Saldo Líquido de Empregos Formais em milhares



Fonte: Caged/MTE

Quadro 5: Resultado Primário do Setor Público em R\$ bilhões – Meses de Maio



Fonte: BC

A Dívida Bruta do Governo Geral alcançou R\$ 10,6 trilhões em maio, equivalente a 81,1% do PIB, alta de 0,9 p.p. ante abril. A trajetória segue ascendente: desde 2023, o indicador avançou 9,7 p.p. do PIB. A taxa de juros implícita da dívida atingiu 13,1% no acumulado em 12 meses, ante 11,5% em mai/25.

No âmbito federal, o Governo Central apresentou déficit de R\$ 53,2 bilhões em maio, ante R\$ 42,2 bilhões em mai/25, segundo o Tesouro Nacional. Em 12 meses, o saldo acumulado atingiu déficit de R\$ 139,0 bilhões, ante superávit de R\$ 18,7 bilhões no mesmo período do ano anterior.

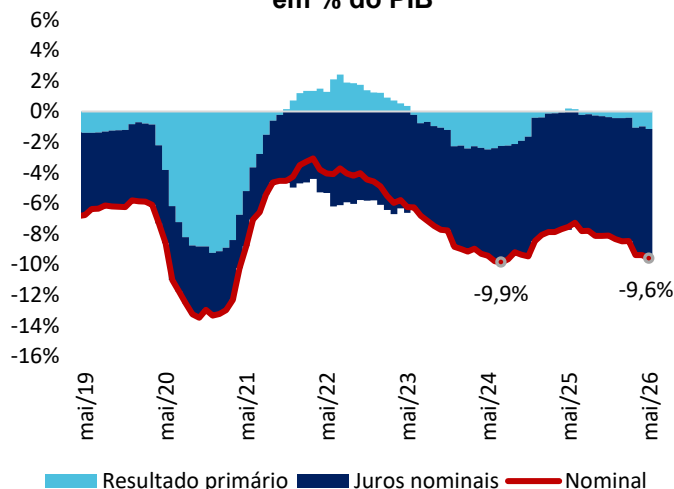
Parte dessa deterioração decorre da diferença no calendário de pagamento de precatórios, que ocorreu em março de 2026, ante julho em 2025. Ainda assim, mesmo excluindo todos os pagamentos com precatórios no período, o resultado acumulado em 12 meses até maio piorou em R\$ 25,5 bilhões quando comparado ao saldo fiscal sem precatórios de mai/25.

O desempenho mais fraco neste ano reflete uma expansão fiscal mais intensa no 1º semestre. As despesas discricionárias registram alta expressiva já no início do exercício, em linha com as pressões para pagamento da maior parte das emendas parlamentares no primeiro semestre, em um contexto de ano eleitoral. Além disso, o governo federal ampliou esses pagamentos em relação ao ano anterior, movimento também associado ao menor impacto dos represamentos orçamentários observados em 2025, quando a aprovação tardia do orçamento concentrou esse tipo de gasto no segundo semestre, enquanto em 2026 a concentração ocorre no primeiro.

Do ponto de vista da arrecadação, a receita líquida registrou expansão real de 5,5% no mês, alcançando R\$ 198,0 bilhões. Entre os principais fatores positivos, destacam-se o aumento da arrecadação com IOF (+30,4%), ainda influenciado pela elevação de alíquotas, e o bom desempenho da Cofins (+9,2%). Por outro lado, o IRRF sobre rendimentos do trabalho seguiu apresentando queda expressiva em termos reais (-42,0% na comparação interanual), refletindo a desoneração associada à ampliação da isenção do IRPF para rendas de até R\$ 5 mil. O IRRF sobre trabalho somou R\$ 5,9 bilhões no mês, ante R\$ 10,2 bilhões em mai/25.

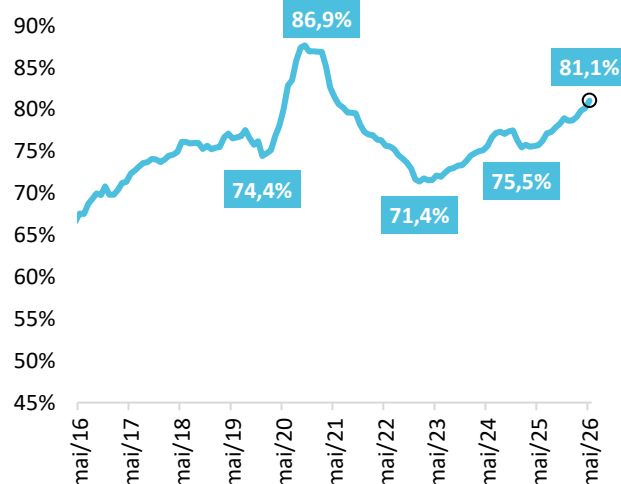
Pelo lado da despesa, o governo federal registrou gastos de R\$ 251,2 bilhões em maio, avanço real de 9,4% ante mai/25. A alta foi influenciada, entre outros fatores, pelo crescimento das despesas previdenciárias, que avançaram 9,1% na comparação interanual, refletindo o reajuste dos benefícios, o aumento do número de beneficiários e efeitos associados ao calendário de pagamentos.

Quadro 6: Resultado Nominal do Setor Público em % do PIB



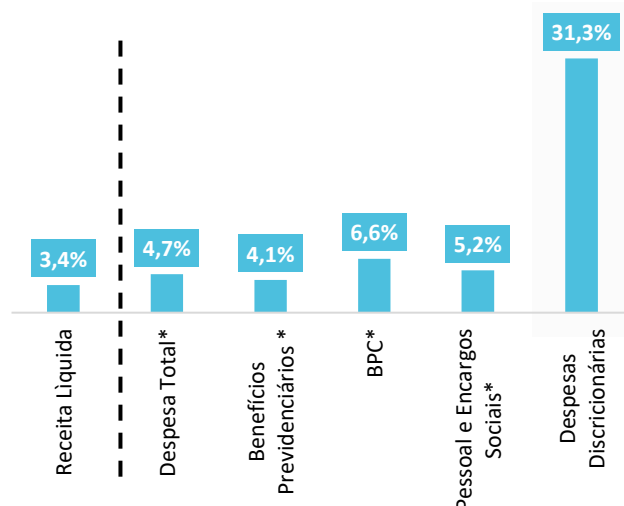
Fonte: BCB

Quadro 7: Dívida Bruta do Governo Geral % PIB



Fonte: BCB

Quadro 8: Quadro Fiscal do Governo Federal Var % Real Acum. 12 meses (ex-precatórios)



Fonte: Tesouro Nacional e Febraban; *ex-precatórios

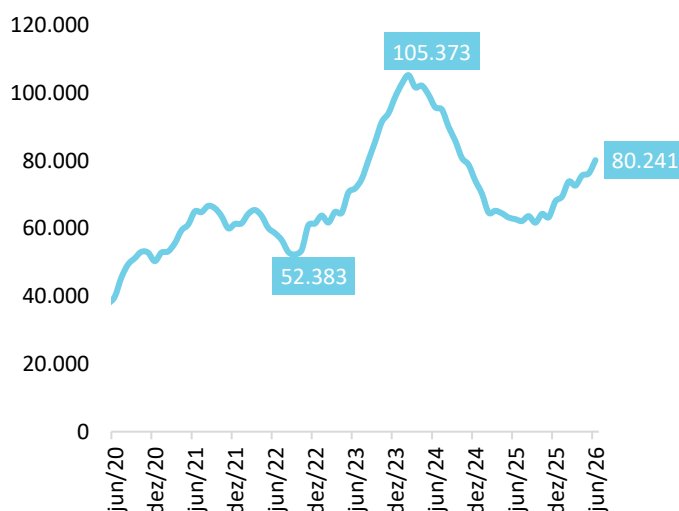
Apesar do desempenho negativo de maio, espera-se alguma normalização das pressões fiscais ao longo do ano. A despesa tende a perder força no segundo semestre, com o arrefecimento do pagamento de emendas parlamentares e a menor execução de gastos discricionários. Do lado da receita, o desempenho deve seguir favorável, sustentado pela atividade ainda resiliente, pela maior produção de petróleo e pelas medidas arrecadatórias já aprovadas. Nesse contexto, o cumprimento das regras fiscais permanece como cenário mais provável, considerando as exceções previstas no arcabouço.

No setor externo, a balança comercial registrou superávit de US\$ 9,8 bilhões em maio, número bem acima do observado em jun/25 (US\$ 5,9 bi). O aumento refletiu a expansão em maior intensidade das exportações (+24,9%) em relação às importações (+14,4%) no período.

As exportações totalizaram US\$ 36,3 bi em junho, com altas disseminadas entre os setores. Destaque para a indústria extrativa (+58,4%), diante do forte desempenho do valor exportado dos óleos brutos de petróleo (+78,9%), impulsionado pelo avanço do preço (+67,6%) em meio à guerra. Nos demais setores, destaque para os combustíveis (+88,8%) e a carne (+39,2%), no caso da indústria de transformação, enquanto a soja (+17,3%) se destacou no agro. Já as importações totalizaram US\$ 26,5 bi no mês, com destaque para o contínuo crescimento da compra de veículos automóveis de passageiros (+67,1%) e medicamentos (+35,9%), ambos puxados pelo efeito *quantum*, ou seja, liderado pelo avanço da quantidade importada, não pelo efeito preço.

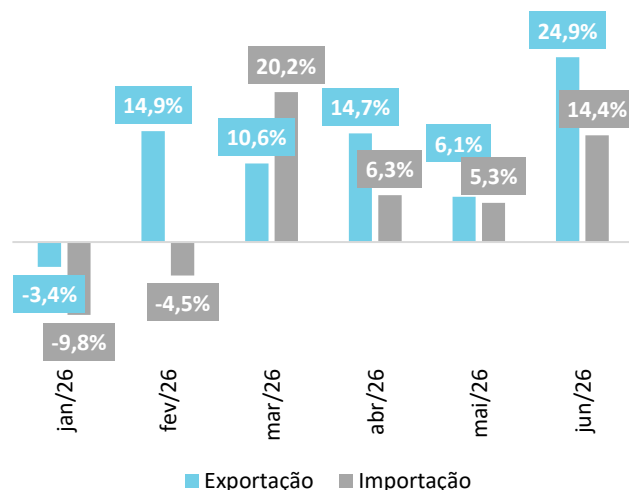
No acumulado do ano, o superávit comercial atingiu US\$ 42,4 bi, valor 40,3% superior ao mesmo período do ano passado, também com a alta das exportações (+11,5%) superando o avanço das importações (+5,1%). Já no acumulado em 12 meses, o saldo atingiu US\$ 80,2 bi, maior valor desde out/24. Diante dos números positivos, a Secex revisou sua previsão para o superávit comercial de 2026, passando de US\$ 72,1 bi para US\$ 90,0 bi, valor que representaria alta de 32,3% ante 2025.

Quadro 9: Saldo da Balança Comercial acumulado em 12 meses – US\$ milhões



Fonte: Secex

**Quadro 10: Exportação vs Importação
Variação ante o mesmo mês do ano anterior**



Fonte: Secex

Indicadores Econômicos – Cenário Internacional

Bolsas sobem, enquanto *Treasuries* recuam com *payroll* mais fraco nos EUA

A última semana foi positiva para os ativos de risco nos mercados internacionais, com o índice Dow Jones renovando seu recorde histórico mesmo em meio à queda das empresas de semicondutores, que seguem sob desconfiança dos investidores. O impulso positivo para as bolsas norte-americanas veio da leitura mais fraca do mercado de trabalho nos EUA, que reduziu parte das apostas de alta dos juros em 2026. Ainda assim, o *payroll* não indicou um enfraquecimento generalizado do mercado de trabalho. Como resultado, o recuo do rendimento das *Treasuries* foi apenas parcial, mantendo-se a leitura de "juros altos por mais tempo" (*higher for longer*). Do ponto de vista geopolítico, os Estados Unidos decidiram não renovar o acordo USMCA (com México e Canadá), tendo como principal queixa de Donald Trump os déficits comerciais dos EUA com os países da América do Norte.

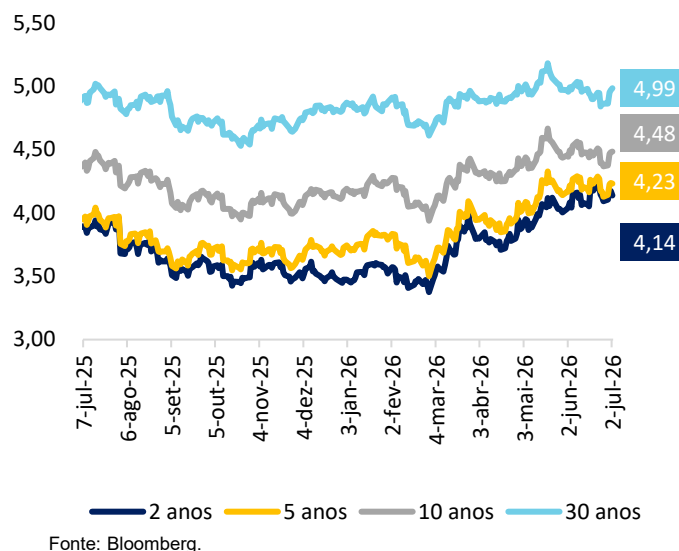
Sobre os indicadores, o *payroll* registrou a criação de 57 mil vagas de emprego em junho, bem abaixo do esperado pelo mercado (+113 mil) e do registrado no mês anterior (+129 mil). Além disso, os dados de março e abril foram revisados para baixo em 74 mil vagas. O resultado mostrou movimentos bastante heterogêneos entre os setores: houve geração de postos em saúde (+47 mil) e educação (+22 mil), enquanto o setor de lazer e hospitalidade (-61 mil) mais do que devolveu a criação de vagas de maio (+40 mil). Com isso, a média móvel trimestral passou de 164 mil para 111 mil, embora ainda seja o segundo maior nível desde o fim de 2024.

A taxa de desemprego recuou 0,1 p.p., para 4,2%, após três meses de estabilidade, menor nível desde jun/25 (4,1%). O movimento, contudo, refletiu o recuo da taxa de participação, possivelmente em função do aumento das restrições à imigração no país, e não devido ao aumento da ocupação.

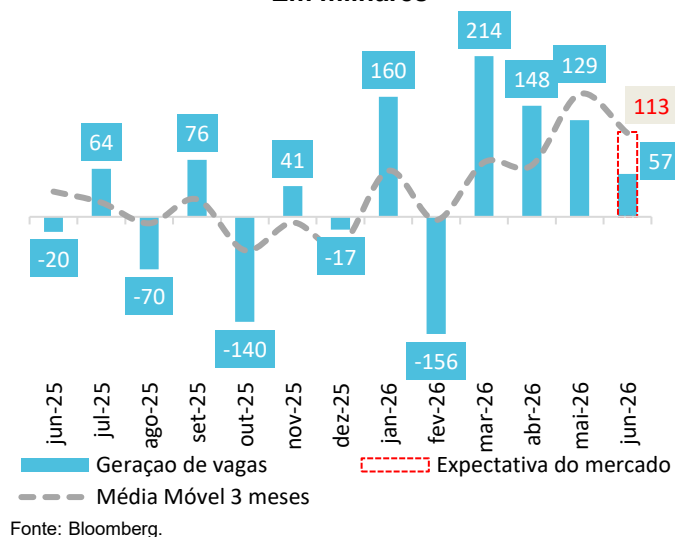
Ainda nos EUA, a leitura final do PMI industrial sinalizou crescimento mais acentuado do setor em junho, atingindo 51,3 pts (ante 50,7 pts), ainda beneficiado pelas encomendas antecipadas das empresas para se prevenirem contra a alta de preços em razão do conflito no Oriente Médio.

Na Zona do Euro, a prévia do CPI de junho caiu 0,1% no mês, puxada pelo recuo nos preços de energia (-1,7%). No acumulado de 12 meses, a inflação desacelerou pela 1ª vez desde o início do conflito no Oriente Médio, atingindo 2,8% (ante 3,2%), com o núcleo passando de 2,6% para 2,4%. Apesar da desaceleração, os números continuam acima da meta de 2%

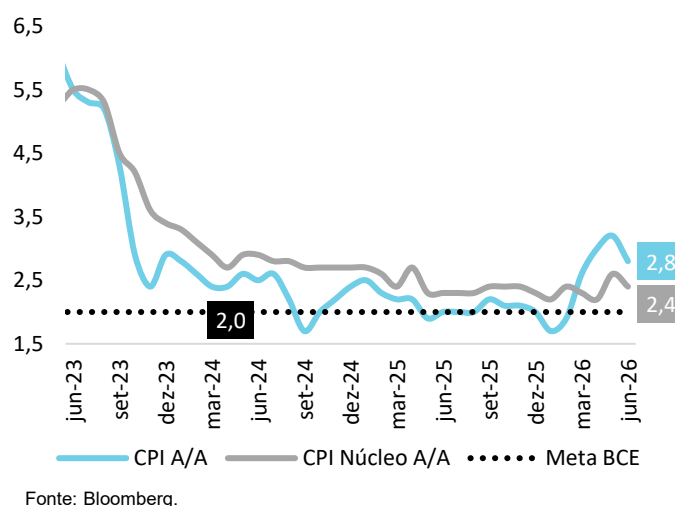
Quadro 11: Rendimento das *Treasuries*
Em % aa



Quadro 12: EUA – Geração de Vagas de Emprego
Em milhares



Quadro 13: Zona do Euro – CPI e Núcleo do CPI
(% a/a)



Nota de Operações de Crédito

CRÉDITO / BANCOS

Recursos direcionados sustentam expansão e limitam desaceleração do crédito

O saldo da carteira total de crédito avançou 0,6% em maio, pouco abaixo da estimativa da Pesquisa Especial de Crédito da Febraban (+0,8%). Com isso, o ritmo de crescimento anual desacelerou ligeiramente para 9,5% (ante 9,6%), ainda em alto patamar. Em proporção ao PIB, o crédito bancário ficou estável em 55,7%.

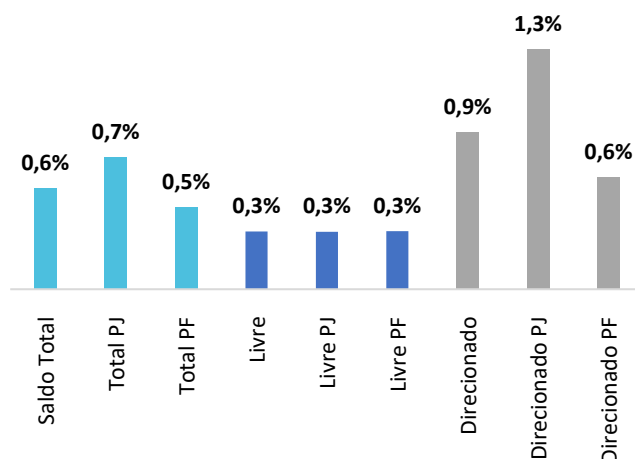
O avanço do crédito em maio foi liderado pela carteira destinada às empresas (+0,7%), puxada pelos recursos direcionados (+1,3%). O desempenho reflete o avanço dos programas governamentais destinados às MPMEs (+3,4%), linha que passou a ser registrada separadamente pelo BCB nesta divulgação e representa cerca de 20% da linha “outros direcionados”, que ainda contém parte dos programas e seguiu avançando em ritmo forte (+2,1%) no mês, impulsionado pelo aporte de R\$ 2 bi no fundo FGI, que serve como garantia para as operações do PEAC. Já a carteira Livre PJ (+0,3%) segue sem dinamismo, com o capital de giro praticamente estável (+0,2%) e a alta puxada pelo ACC (+1,3%) e a linha de desconto de recebíveis (+0,7%).

No acumulado em 12 meses, o ritmo de expansão da carteira PJ ficou praticamente estável em 6,8% (ante +6,9%), atingindo o menor nível em dois anos. Adicionalmente, a discrepância entre o desempenho das carteira por tipo de recurso segue acentuada e crescente. Enquanto a carteira direcionada PJ atingiu alta de 18,2% (ante +17,0%), os recursos livres ficaram estáveis no período (ante +0,8%).

A carteira destinada às famílias avançou 0,5% em maio, liderada também pelos recursos direcionados (+0,6%), enquanto o segmento livre cresceu apenas 0,3%. Na carteira direcionada, destaque para o crédito imobiliário (+1,1%), enquanto o crédito rural recuou 0,4%, refletindo a sazonalidade do período (fim da edição 2025/2026 do plano Safra) e o ambiente desafiador do setor. Já o crescimento da carteira livre PF (+0,3%) foi limitado pela queda do saldo no caso de algumas linhas rotativas, com possibilidade de refletir os efeitos iniciais da atual edição do programa Desenrola: cheque especial (-2,9%), cartão parcelado com juros (-0,6%) e não consignado (-0,1%). Do lado das altas, destaque para o consignado privado (+4,8%), que segue como o principal vetor de expansão do segmento. Em 12 meses, o crescimento da carteira PF ficou estável em 11,2%. A carteira livre desacelerou, mas segue com alta de dois dígitos (11,7%; ante 12,1%), enquanto a direcionada acelerou, embora ainda apresente um desempenho um pouco inferior (10,5%; ante 10,2%).

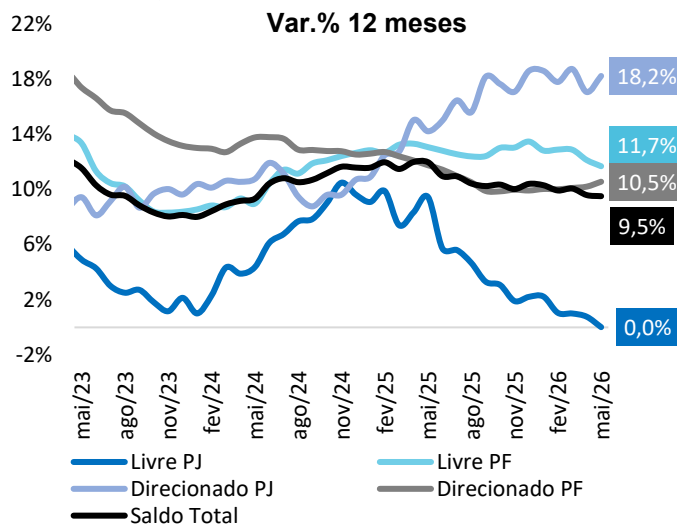
O volume total de concessões subiu 0,7% no mês de maio, na série com ajuste sazonal. O resultado refletiu a forte alta nos recursos direcionados: PJ (+4,4%) e PF (+3,6%). Destaque para os programas públicos para as MPMEs (PJ) e para o crédito imobiliário (PF), que saiu de uma média de R\$ 17,9 bi nos cinco primeiros meses de 2025 para R\$ 21,3 bi no mesmo período de 2026, em meio às alterações do programa Minha Casa Minha Vida. Entre os recursos livres, as concessões caíram 0,4% no mês. No acumulado dos últimos 12 meses, o ritmo de expansão nominal das concessões totais desacelerou de 8,7% para 8,3%, reforçando os sinais de acomodação do crédito, embora com boa resiliência.

Quadro 14: Saldo – Var.% mensal – Mai/26



Fonte: Bacen

Quadro 15: Saldo Total e Aberturas Var.% 12 meses



Fonte: Bacen

A taxa média de juros recuou 0,1 pp no mês, para 33,4% a.a., saindo da máxima histórica. Na mesma direção, o spread médio também recuou 0,1 pp no mês, para 22,1 pp.

Além da elevada taxa Selic, o aumento da participação do crédito PF também ajuda a explicar o alto patamar dos juros e dos spreads atualmente, uma vez que tais linhas possuem taxa média mais elevada que as PJs. Além disso, a piora do *mix* da carteira PF (maior proporção das linhas de alto custo e maior inadimplência) também é outro fator relevante no movimento.

O recuo do juro médio no mês foi puxado pelas operações com as empresas (-0,3 pp, para 21,6%), assim como pelas taxas com recursos livres para as famílias (-0,2 pp, para 62,8%), com recuos mais significativos em pessoal não consignado (-4,6 pp, para 120,4% aa) e cheque especial (-2,7 pp, para 138,3% aa).

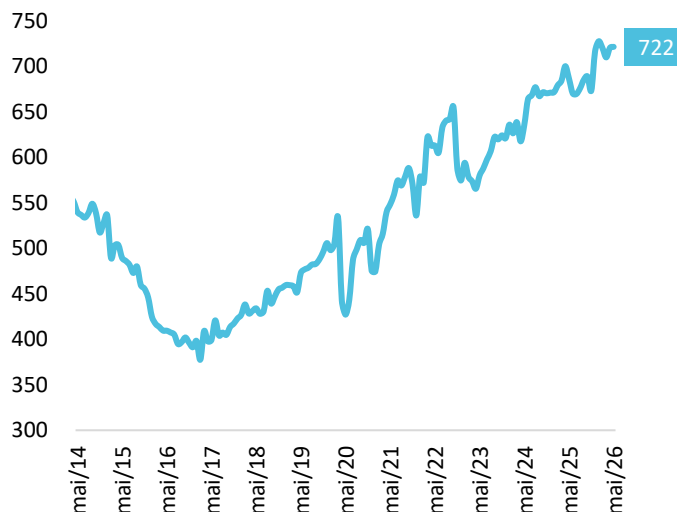
A inadimplência da carteira total (acima de 90 dias) subiu 0,1 pp em maio, para 4,7%. Vale lembrar que, segundo divulgação recente do Banco Central, 51% da alta acumulada de 1,1 pp do indicador em 2025 (isto é, cerca de 0,56 pp), decorreu das alterações regulatórias introduzidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021.

A alta observada em abril refletiu altas de mesma magnitude (+0,1 pp) da inadimplência das famílias e das empresas, para 5,6% e 3,2%, respectivamente, com movimento disseminado entre os segmentos livre e direcionado. No caso do crédito PF, o índice seguiu em deterioração nas modalidades rotativas: cartão rotativo (+0,4 pp), cheque especial (+0,5pp) e não consignado (+0,4 pp). No caso da carteira direcionada, o índice voltou a subir no rural (+0,1 pp; para 7,6%), retornando praticamente ao patamar mais alto da série histórica (7,7% em fev/26). Em PJ, o índice segue pressionado pelas MPMEs (5,8%).

Portanto, o crescimento do crédito segue em alto nível, apesar do elevado patamar da taxa Selic. Contudo, esse crescimento mostra diferenças importantes entre o desempenho da carteira com recursos direcionados (+13,1%) e livres (+6,9%). As taxas de juros e spreads mostraram ligeira queda. Contudo, difícil saber se esse movimento seguirá ocorrendo diante da elevação dos juros futuros e das expectativas de uma Selic alta por mais tempo. A inadimplência também segue em elevação, de forma relativamente disseminada entre as carteiras. O cenário continua desafiador, com as medidas anunciadas pelo governo dando um suporte adicional ao crédito, enquanto o comportamento das demais linhas segue arrefecendo.

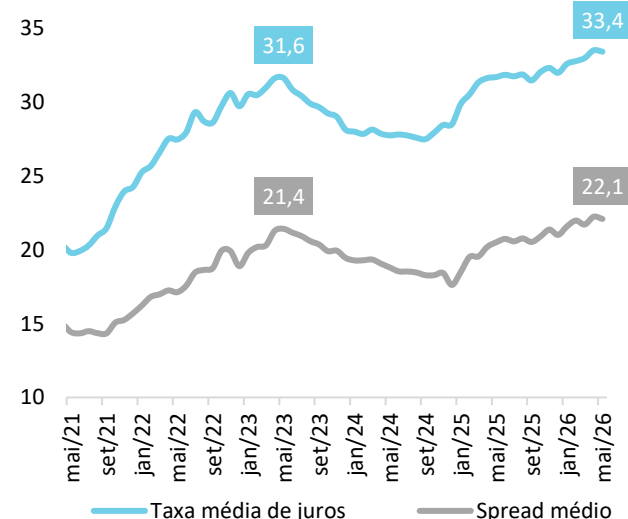
Para consultar um panorama mais detalhado das estatísticas de crédito, [clique aqui](#).

Quadro 16: Concessão Total de Crédito com ajuste sazonal – Em R\$ bi (IPCA de mai/26)



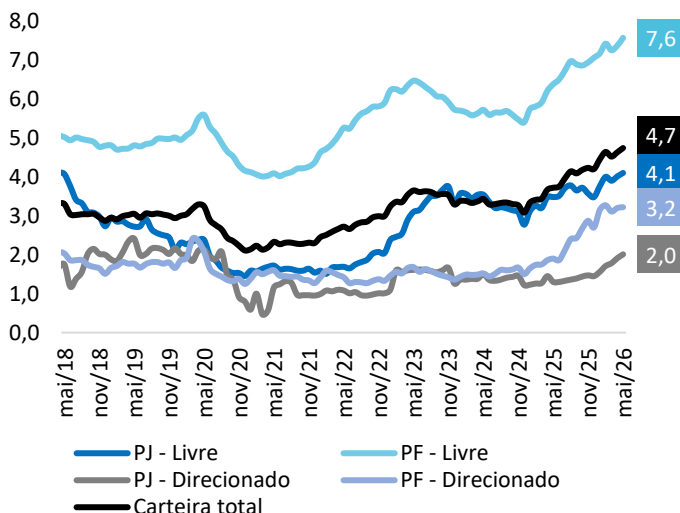
Fonte: Bacen

Quadro 17: Taxa de Juros (% aa) e Spread Médio do SFN (pp)



Fonte: Bacen

Quadro 18: Taxa de inadimplência (> 90 dias) % da carteira



Fonte: Bacen

Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas

CRÉDITO / BANCOS

Crescimento esperado para o saldo de crédito fica em 8,7% para 2026

A Pesquisa de Economia Bancária captou ligeira queda na expectativa de crescimento da carteira total de crédito em 2026, de 8,8% (pesquisa de maio) para 8,7%. O resultado reflete a revisão para baixo na carteira com recursos livres, mais sensível à política monetária.

De toda forma, a expectativa ainda aponta para uma expansão robusta do crédito no ano e está bem próxima das últimas projeções divulgadas pelo BC no Relatório de Política Monetária (RPM) do 2T26, que espera alta de 9,0% do saldo total no ano.

A revisão para baixo reflete o menor crescimento esperado para a carteira livre, cuja projeção caiu de 7,8% para 7,3%, em função da menor expansão esperada do crédito PJ Livre, que passou de 4,8% para 4,0%. Essa carteira segue mostrando números mais contidos, em função da concorrência com o mercado de capitais e com as linhas com recursos direcionados. Já a expectativa de expansão da carteira PF Livre subiu para 10,1% (ante 9,8%), em um contexto de mercado de trabalho resiliente.

A projeção da carteira direcionada, por sua vez, passou de 10,5% para 10,4%, mantendo-se, portanto, com alta esperada de dois dígitos. Houve elevação na expectativa de crescimento da

carteira PF (de 9,3% para 9,6%) e alguma acomodação na PJ (de 12,1% para 11,9%), embora o crédito PJ direcionado continue com a maior alta projetada para 2026, sustentada por novos aportes em fundos garantidores.

Quanto à inadimplência da carteira livre, houve ligeira queda da expectativa para 2026 (de 5,5% para 5,4%) e estabilidade para 2027 (5,3%), sinalizando expectativa de alguma melhora do indicador a partir deste segundo semestre.

A expectativa de crescimento da carteira total para 2027 ficou estável em 7,7%, também com menor crescimento esperado para a carteira livre (de 7,1% para 6,6%), enquanto a projeção para a carteira direcionada foi revisada para cima (de 8,5% para 8,8%).

Portanto, a projeção de crescimento do crédito total foi mantida praticamente estável para este ano. Contudo, houve revisão nas aberturas (livre e direcionado), em função, de um lado, da expectativa de uma taxa de juros Selic mais elevada, e de outro, a incorporação dos novos programas públicos divulgados recentemente.

O Quadro 19 apresenta o resultado consolidado da pesquisa atual e o comparativo com o obtido na pesquisa anterior.

Quadro 19: Projeção Média para o Crescimento da Carteira de Crédito (Pesquisa Febraban de Economia Bancária)

Projeções para Saldo de Crédito e Inadimplência (média entre as instituições)	2026		2027	
	Pesquisa Mai/26	Pesquisa Jun/26	Pesquisa Mai/26	Pesquisa Jun/26
Carteira Total (var. % – total do SFN)	8,8	8,7	7,7	7,7
Recursos Livres (var. % – total do SFN)	7,8	7,3	7,1	6,6
Crédito Livre para Pessoas Jurídicas (var. % – total do SFN)	4,8	4,0	5,4	5,0
Crédito Livre para Pessoas Físicas (var. % – total do SFN)	9,8	10,1	8,5	8,0
Recursos Direcionados (var. % – total do SFN)	10,5	10,4	8,5	8,8
Crédito Direcionado para Pessoas Jurídicas (var. % – total do SFN)	12,1	11,9	9,5	9,5
Crédito Direcionado para Pessoas Físicas (var. % – total do SFN)	9,3	9,6	7,8	8,1
Taxa de Inadimplência - % da Carteira Livre (acima de 90 dias, fim de período)	5,5	5,4	5,3	5,3

Fonte: Pesquisa Febraban de Economia Bancária

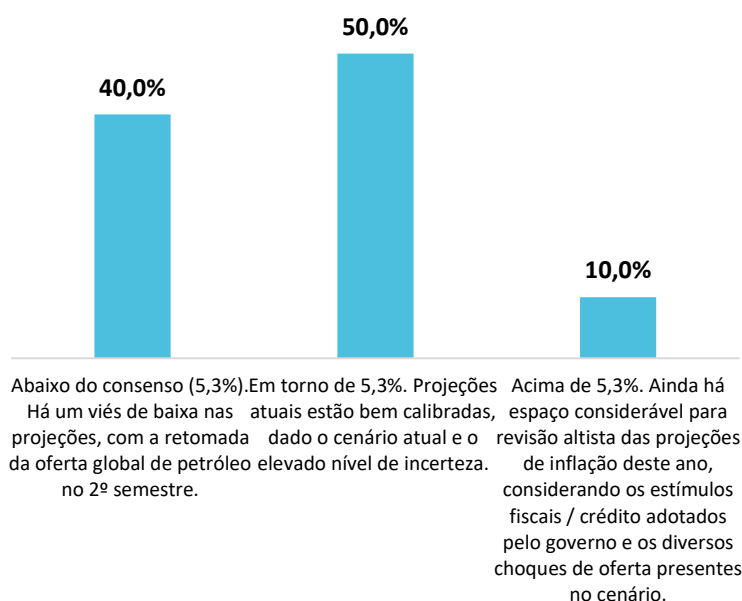
Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas

Em relação à percepção dos participantes sobre a economia brasileira e internacional, os principais pontos captados pela Pesquisa de Economia Bancária e Expectativas da Febraban foram:

- A Pesquisa de Economia Bancária e Expectativas da FEBRABAN captou que a maioria dos participantes (63,2%) classificou como Parcialmente Acertada a decisão do Banco Central de alongar o horizonte relevante na última decisão, em função do ruído gerado na comunicação e da possível interpretação de maior tolerância com uma inflação acima da meta.
- Os participantes projetam apenas mais um corte de 0,25 p.p. da Selic neste ano (reunião de agosto), encerrando 2026 em 14,0% a.a. O ciclo de cortes deve ser retomado no início de 2027.
- Metade dos participantes (50%) projeta que a inflação ficará em torno de 5,3% em 2026, em linha com o consenso do mercado. Dos demais, 40% estimam que o IPCA fique abaixo do consenso, em função da retomada da oferta global de petróleo, sinalizando um viés de baixa nas projeções.

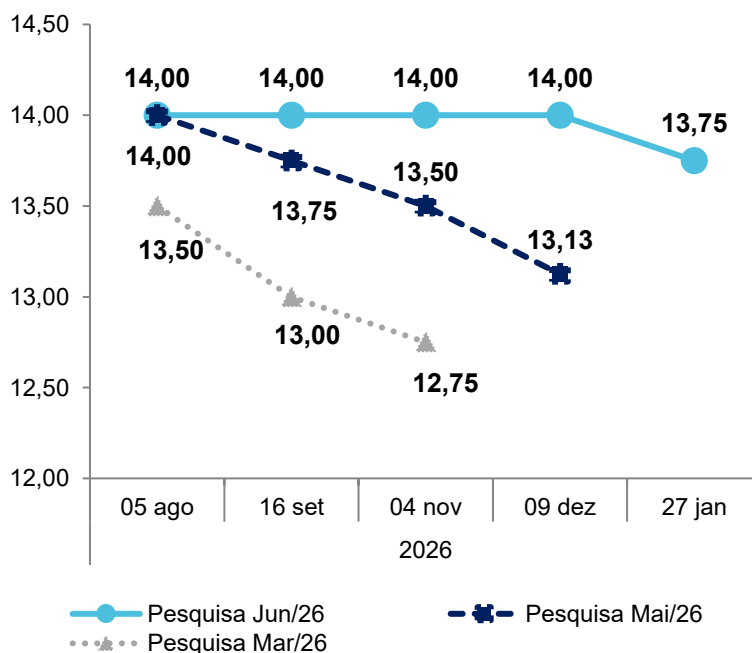
- Quanto à atividade, houve menor dispersão nas respostas: 75% dos participantes estimam crescimento do PIB em torno de 2% neste ano, sustentado pelas medidas de expansão da renda adotadas pelo governo.
- No mercado de crédito, a maioria dos participantes (85%) espera apenas uma desaceleração gradual no segundo semestre, em função da resiliência do mercado de trabalho e dos novos programas governamentais. Em relação à inadimplência das famílias, aumentou a proporção dos que acreditam em estabilização (84,2%, ante 75,0%), ainda que em patamar elevado.
- Nos EUA, a maioria dos participantes (55%) acredita que o Fed deve manter os juros estáveis neste ano, em função do arrefecimento do choque de energia, com a trégua no conflito do Oriente Médio.
- Para acessar o resultado completo da pesquisa, [clique aqui](#).

Quadro 20: Expectativa de Inflação para 2026



Fonte: Pesquisa Febraban de Economia Bancária

Quadro 21: Projeção (mediana) para a Taxa Selic para as próximas reuniões do Copom



Fonte: Pesquisa Febraban de Economia Bancária



MERCADOS E EXPECTATIVAS

FOCUS – Indicadores Selecionados	2026				2027			
	03/07/2026	26/06/2026	05/06/26	Viés	03/07/2026	26/06/2026	05/06/26	Viés
IPCA (%)	5,30	5,33	5,11	▼	4,18	4,17	4,03	▲
PIB (% de crescimento)	1,99	1,99	1,91	↔	1,69	1,68	1,70	▲
Meta Selic - fim do ano (% a.a.)	14,00	14,00	13,50	↔	12,00	12,00	11,50	↔
Taxa de Câmbio - fim do ano (R\$/US\$)	5,20	5,20	5,15	↔	5,28	5,28	5,20	↔

Fonte: Banco Central do Brasil.

Indicadores do Mercado	03/07/26	Variação %			
		Na semana	No mês	No ano	12 meses
NACIONAL					
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	5,17	-0,06%	0,14%	-5,59%	-4,44%
CDS Brasil 5 anos (em pontos)	125,07	-0,66%	0,25%	-9,70%	-11,12%
Juros DI 30 dias (% a.a.)	14,15	0,00%	-0,01%	-5,01%	-5,06%
Juros DI 1 ano (% a.a.)	14,09	-0,69%	0,51%	2,02%	-3,90%
Juros DI 5 anos (% a.a.)	14,41	0,44%	1,75%	6,92%	8,86%
Índice Ibovespa (em pontos)	174.070,27	0,45%	1,19%	8,03%	23,52%
IFNC (setor financeiro)	18.268,58	0,66%	1,34%	5,62%	15,84%
INTERNACIONAL					
Fed Funds (% a.a.)	3,75	0,00%	0,00%	0,00%	-16,67%
T-NOTE - 2 anos (% a.a.)	4,14	1,10%	-0,84%	19,97%	9,31%
T-NOTE - 10 anos (% a.a.)	4,48	2,62%	0,40%	8,77%	4,82%
Dollar Index	100,86	-0,49%	-0,33%	2,67%	4,22%
Índice S&P 500 (em pontos)	7.483,24	1,76%	-0,21%	8,51%	20,17%
Índice de Ações - Maiores Bancos EUA	184,10	0,93%	1,54%	11,21%	27,87%
Índice de Ações - Bancos Regionais EUA	145,85	-0,25%	0,30%	16,44%	19,93%
Índice Euro Stoxx 50	6.360,47	2,23%	0,51%	9,73%	19,59%
Índice de ações de bancos - Zona do Euro	299,68	3,27%	2,04%	13,61%	48,78%
Barrel de Petróleo - tipo Brent (US\$)	71,80	-0,26%	-1,54%	15,96%	3,89%

Fonte: Bloomberg.

Diretoria de Economia, Regulação Prudencial e Riscos
economia@febraban.org.br

Rubens Sardenberg
 Jayme Alves
 Luiz Fernando Castelli
 João Vítor Siqueira
 Marcos Duarte
 Jéssica Silva Martins